

Os cruéis dilemas do Executivo

A inflação está sob controle, a economia atravessa fase nunca vivida de estabilidade. O País deveria estar contente e o Executivo, muito mais. Não é assim. As pesquisas de opinião parecem indicar que há algum descontentamento e o noticiário dos jornais mostra a existência não de campanha contra o governo Fernando Henrique Cardoso, mas de desorientação no seio da máquina administrativa. Desorientação, a rigor, corrige-se; basta o presidente dela ter consciência e determinar as providências de praxe. Pior que desorientação, porém, é aquilo que se delineia nas reações de diferentes setores do Executivo diante da desorientação. O mínimo que se pode dizer a esse respeito é que o Poder Executivo está prisioneiro de dilemas cruéis, de cuja solução pode depender o rumo que a economia terá daqui para a frente — voltar ou não ao controle de preços.

A desorientação é visível nos casos que ocupam agora a opinião pública: planos de saúde e preços de combustíveis. O que se viu é de cabo-de-esquadra. No caso dos planos, primeiro se liberaram preços (embora um representante do setor tenha declarado às rádios que estranhava a providência, pois os preços estavam liberados); depois, anulam-se os aumentos feitos no período da liberação por "prática de preços abusivos". Em seguida, autoriza-se um aumento com a advertência de que aumento de mais de 20% é "abuso".

No que se refere aos preços dos combustíveis, a mesma coisa. Liberam-se os preços e em seguida se manifesta grande espanto pelo fato de os preços terem subido mais que aquilo que os técnicos tinham previsto. Que fazer? Lança-se contra os donos dos postos de gasolina a ameaça da volta ao tabelamento. Os proprietários de postos em Brasília defendem-se: culpadas do aumento são as distribuidoras, que formam um cartel! Antes de verificar como funciona esse cartel em que cada bandeira (distribuidora) tem um preço, o governo continua ameaçando — e processa os donos dos postos por formação de cartel! A questão, porém, era saber quem ameaçar. Por isso, um funcionário de um ministério solicitou informações a funcionário de outro ministério para saber a quem pedir explicações sobre o reajuste numa economia em que o governo liberou os preços.

Essa desorientação é sinal grave de que a máquina administrativa está entrando em entropia. Mais grave é a reação de altos funcionários do Ministério da Justiça, onde se concentra o controle dos preços abusivos liberados pelo Executivo por intermédio do Ministério da Fazenda: há preconceito na



área da Fazenda contra uma solução legal para os problemas surgidos! Vai mais além, segundo se lê em jornais do Rio, o alto funcionário: para que haja uma boa política de formação de preços, é necessária uma boa assessoria ministerial de funcionários capacitados para isso. Que resulta daí? Primeiro, que os dirigistas começam a ter voz, condenando o preconceito dos economistas que acreditam na economia de mercado (mas não querem

aumentos abusivos de preços). Segundo, que, se isso é verdadeiro, não se tem garantia de que a constância na progressão inflacionária não levará os economistas a ceder terreno aos dirigistas, permitindo que se volte a falar oficialmente, nas esferas que decidem, na necessidade de montar essa equipe que possa fazer uma boa política de preços por meio de leis, portanto medidas provisórias do presidente da República.

O caso das mensalidades escolares veio dar alento aos dirigistas, que julgam que a redição da medida provisória estabelecendo regras estas ou aquelas impediu que muitas escolas continuassem a fazer a sua especial e particular política de preços. Por isso, querem que o mesmo se dê nos planos de saúde. Que

houve alguns planos, cujos diretores imaginaram que a liberação eliminava o fato de que o consumidor só pode pagar aquilo que tem disponível para tal gasto, e fizeram os novos preços em função dos dividendos que desejavam auferir no final do exercício, esse fato é público e notório — e até resultou em manifestação ruidosa em frente à sede de uma empresa, cujo diretor se escusou pelo erro cometido e disse que reexaminaria o problema.

Há os que defendem a fixação dos preços por meio de leis e os que querem liberá-los

Daí, porém, a tomar esses casos como fundamentação para a volta ao dirigismo e a volta ao tabelamento ou ao congelamento, vai uma distância enorme.

Na realidade, a indecisão governamental, a desorientação no Executivo estão criando condições não apenas para que os dirigistas triunfem, apoiados na estreita visão que proprietários de escolas, administradores de planos de saúde e donos de postos ou gerentes de distribuidoras têm do que seja uma economia de mercado, está fazendo que germe em setores da população a idéia de que a única solução possível é o tabelamento ou a manifestação de rua como dias atrás.